

POLÍTICA

para que se possa anular um procedimento concursal e não se afigura que, neste momento, algum daqueles requisitos esteja preenchido.

5) Aguardamos que a empresa vencedora, que está a desempenhar funções de limpeza urbana no Município de Albufeira há já cerca de 8 anos, possa entrar em funções após o visto do Tribunal de Contas, o que contamos que aconteça em Outubro/Novembro.

Já quanto aos líderes das bancadas das forças políticas com representação na Assembleia Municipal, que reuniram no Clube Artístico Lacobrigense, e terão decidido levar o assunto para discussão em sessão da Assembleia Municipal, a presidente da Câmara Municipal afirma que: "Não posso comentar um assunto do qual não tenho conhecimento. Apenas posso assegurar que, caso essa "decisão" seja tomada, lá estaremos para prestar todos os esclarecimentos necessários".

Já no fecho desta edição, o CL recebeu novas e relevantes informações, que merecem o devido destaque, mas que igualmente carecem de investigação e de oportuna auscultação das partes envolvidas neste processo do concurso de limpeza urbana de Lagos.

O CL acompanha, a par e passo, este importante assunto, pretendendo noticiar mais desenvolvimentos na próxima edição, continuando a auscultar as posições da presidente da autarquia, dos vereadores da oposição e dos representantes das forças políticas na Assembleia Municipal, ouvindo igualmente os responsáveis pela Multiserviços, e também a empresa vencedora do concurso público para a aquisição de serviços de limpeza urbana na área do município de Lagos.

Afinal o que é a Limpeza Urbana?

Varredura Manual, Varredura Mecânica, Recolha de terras e areias dos pavimentos, Lavagem de ruas, Limpeza de sarjetas e sumidouros, Limpeza e despejo de papeleiras, Remoção de ervas infestantes, Recolha de resíduos junto a contentores e ecopontos (monstros, entulhos, verdes e papel e plásticos, Limpeza de Bermas e Valetas. Desde 1995 a limpeza urbana do município de Lagos é assegurada pela Multi, e segundo o CL apurou a Câmara Municipal já efectuou um ajuste directo por dois meses com a Multiserviços para garantir o serviço até 8 de Outubro.

Jerónimo de Sousa no jantar comício organizado pela Concelhia de Lagos do PCP

A Comissão Concelhia de Lagos do PCP organizou um jantar comício, com a presença do Secretário-geral do PCP, Jerónimo de Sousa, que teve lugar no passado dia 15 de Agosto, no salão da sede do Rancho Folclórico e Etnográfico do Odiáxere, reunindo mais de 200 amigos e militantes do PCP. O encontro decorreu num ambiente de grande confraternização, sendo bem evidente o entusiasmo e confiança dos participantes.

Após o jantar, interveio Celso Costa em nome da Comissão Concelhia de Lagos, fazendo uma rápida caracterização da situação social e económica do Concelho, destacando o agravamento das condições do Serviço Nacional de Saúde e a luta das populações em defesa do hospital de Lagos, a luta dos micro e pequenos agriculto-

res face às injustas exigências do governo PSD/CDS, a urgência de requalificação e apetrechamento do degradado porto de Lagos, a exigência da requalificação da EN125 e retirada das portagens da Via do Infante, e exprimindo a preocupação do PCP e da CDU perante a difícil situação financeira a que maioria absoluta do PS tem conduzido o Município, com uma dívida que já ultrapassa os 112 milhões de euros, inviabilizando novos investimentos e hipotecando o futuro.

A encerrar, Jerónimo de Sousa afirmou que o PCP, através das suas organizações e da representação na Assembleia da República, tem dado eco, com denúncia, propostas e iniciativas, aos muitos problemas existentes no Concelho e na região.

Contrato da empreitada de "Reabilitação e Reforço Estrutural da Ponte D. Maria" já foi assinado e as obras arrancam já em Setembro

O contrato da empreitada de "Reabilitação e Reforço Estrutural da Ponte D. Maria" foi assinado no passado dia 21 de Agosto, no edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI. O valor da obra é de 870044,27€ (+IVA) e está a cargo da empresa EXTRACO Construções e Proxectos, S.A.

De acordo com o contratado, a empreitada tem um prazo de execução de 240 dias, sendo que as obras estão previstas arrancar já neste mês de Setembro e cumprir a calendarização estabelecida e necessária ao lançamento da empreitada.

Maria Joaquina Matos, presidente da Câmara Municipal de Lagos, classificou este "passo"

como "um momento muito importante para Lagos", por permitir "avançar com a obra e resolver uma situação de acessibilidades, vital para a ligação entre margens e o bom funcionamento de equipamentos (escolares e outros), das unidades hoteleiras, empresas e comércio, da Marina e infra-estruturas portuárias e ferroviárias, que, desde 2012, data em que a ponte teve de ser encerrada por questões de segurança, vinham sentindo prejuízo nas suas actividades".

A obra será comparticipada em cerca de 65%, por fundos comunitários (candidatura já aprovada ao PO Algarve 21), sendo o restante assegurado pela autarquia. Prevê-se que a obra esteja concluída no final de Junho de 2015.



Ponte D. Maria em Lagos

PDM de Lagos já tem parecer favorável da Comissão de acompanhamento presidida pela CCDR Algarve

Nuno Marques, Vice-Presidente da CCDR e Joaquina Matos, Presidente da CML

Finalmente o PDM de Lagos já tem luz verde, após 12 longos anos com sinal vermelho, durante três mandatos de gestão socialista liderada por Júlio Barroso. Aliás, Lagos é o único concelho do país que não tem PDM em vigor.

Recorde-se que o PDM de Lagos foi um dos primeiros a ser aprovado, na década de 90, mas encontrava-se suspenso por ordem judicial desde 2002.

Agora, em pleno verão de 2014, na reunião realizada em Lagos, no dia 27 de Agosto, a comissão de acompanhamento do plano director municipal (PDM) de Lagos, presidida pela CCDR Algarve, emitiu pronúncia de teor globalmente favorável sobre a proposta de retoma de plano cujo procedimento se encontra em vias de conclusão. Os membros da comissão de acompanhamento pronunciaram-se também favoravelmente quanto ao relatório ambiental

do plano e quanto à delimitação da Reserva Agrícola Nacional.

De acordo com o comunicado da CCDR, embora de sentido favorável, o parecer da comissão de acompanhamento não isenta a autarquia do cumprimento dos condicionamentos de natureza imperativa decorrentes dos pareceres sectoriais das diferentes entidades com assento na comissão.

Previamente à apreciação pela assembleia municipal, a proposta de PDM de Lagos, acompanhada do parecer final da comissão de acompanhamento, do relatório ambiental e dos resultados de eventuais reuniões de concertação a que haja lugar, seguirá para apreciação de todos os interessados no âmbito do designado período de discussão pública, cuja decisão de abertura constitui competência da Câmara Municipal de Lagos.